



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

Sub-eixo: Comunicação, Ética e Direito Humanos

MULHERES QUILOMBOLAS E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA: a (des)proteção social em territórios rurais e urbanos

ELIANA MOURGUES COGOY ¹
PATRÍCIA KRIEGER GROSSI ²

RESUMO: A presente pesquisa reúne temas poucos explorados nas investigações produzidas pelo Serviço Social: a comunicação pública e as mulheres quilombolas, ambos relacionadas ao sistema de proteção social brasileiro. Objetiva analisar os processos comunicativos e a proteção social dentro dos territórios quilombolas do RS a partir da perspectiva das mulheres e de assistentes sociais, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas a esse segmento vulnerabilizado. Trata-se de uma investigação qualitativa, orientada pelo método dialético-crítico. O método de análise contempla a análise crítica do discurso (ACD). Espera-se contribuir para a geração de transformações sociais nas comunidades dos povos originários.

Palavras-chaves: mulheres quilombolas; comunicação pública, proteção social.

ABSTRACT: This research brings together themes that have been little explored in investigations produced by the Social Work: public communication and quilombola women, both related to the Brazilian social protection system. It aims to analyze the communicative processes and social protection within the quilombola territories of RS from the perspective of women and social workers, in order to evaluate, analyze and qualify the actions related to this vulnerable segment. It is a

1 Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

2 Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

qualitative investigation, guided by the dialectical-critical method. The analysis method includes critical discourse analysis (CDA). It is expected to contribute to the generation of social transformations in the communities of native peoples.

Keywords: quilombola women; public communication, social protection.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo reúne temas ainda pouco explorados no âmbito das investigações produzidas pelo Serviço Social: a comunicação pública e as mulheres quilombolas, ambos relacionadas ao sistema de proteção social brasileiro. Essa aproximação merece ser investigada no âmbito da comunicação qualificada como estratégia política para a condução dos direitos de cidadania e à luz da análise crítica do discurso (ACD), na qual o discurso é concebido como uma prática social que caracteriza as relações sociais.

O Serviço Social é uma profissão que tem como objeto de trabalho as manifestações da questão social, porém, segundo Gonçalves (2018), o nó da questão social é a questão racial. Essa afirmação sustenta-se a partir da história brasileira, marcada pela escravidão, relações de poder, aprisionamento, privações e explorações, que até hoje demarcam as consequências dessa realidade.

A relevância desta pesquisa consiste em associar as mulheres quilombolas à comunicação pública, considerando esta última como perspectiva para a formação de uma sociedade cidadã e democrática, cujo objetivo é diminuir as distâncias sociais, reduzindo as desigualdades entre as cidadãs. Frente a isso, o campo da proteção social torna-se propício para desvendar esta realidade no âmbito do Rio Grande do Sul (RS), mais precisamente no interior do município de Pelotas/RS, comparando a quilombos urbanos de Porto Alegre/RS, podendo oferecer elementos para novas proposições que reforcem a comunicação pública com as mulheres quilombolas, no sentido de desenvolver políticas públicas assertivas para o fomento da democracia e do exercício da cidadania.

O referido tema foi pesquisado em locais de busca (Google Acadêmico, Banco de dados de Teses e Dissertações da Capes e SciELO) a partir das palavras-chaves “mulheres quilombolas” e “proteção social”, tendo como grande área as “ciências sociais aplicadas” e tomando por base publicações a partir de 2004, ano em que foi lançado o Programa Brasil Quilombola. Foram encontrados 116 estudos no Google Acadêmico, três estudos no portal

da Capes, e três no portal SciELO; neste último havia apenas documentos com a expressão “mulheres quilombolas”. O protocolo de pesquisa considerou como critério de inclusão: a) artigos, b) em português, c) com acesso gratuito, d) nos últimos 17 anos – 2004 a 2021, e e) com similaridade com a temática; e exclusão: a) artigos voltados para áreas que não possuem relação direta com a pesquisa, b) artigos repetidos, c) artigos que não estejam em português, c) ausência de similaridade temática, d) recorte temporal anterior ao ano de 2004, e e) acesso mediante pagamento. Foram obtidos 122 resultados totais. Quando as pesquisas nos três portais de busca foram acrescidas da expressão “comunicação pública”, não foram localizados estudos realizados até o momento. Destaca-se que a temática dos artigos analisados está diretamente ligada ao objeto da pesquisa: mulheres quilombolas, comunicação pública e proteção social, e os resultados obtidos sobre o tema apontam que a discussão sobre mulheres quilombolas nos últimos 17 anos revela as particularidades de gênero, geração, classe e raça/etnia dessas mulheres, suas relações desenvolvidas e participações junto às suas comunidades. Realidade esta que se pretende estudar mais profundamente no desenvolvimento desta tese de doutoramento, tendo como delimitação do tema as mulheres quilombolas e a proteção social na esfera da comunicação pública em Pelotas/RS e Porto Alegre/RS. A seguir, apresenta-se a caracterização da pesquisa, a fundamentação teórica do processo investigativo e o procedimento metodológico e, por fim, as conclusões.

2. A CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Diferentes autores apontam que os meios de comunicação são uma importante forma de produção de sentidos na sociedade, detendo uma capacidade de alterar fatores de ordem ideológica e cultural nos diversos campos da vida cotidiana dos sujeitos sociais (ESTEVES, 2000; QUEVEDO, 2010; MURAKAMI, 2008). A comunicação existe porque somos seres sociáveis, e ela alcança uma centralidade importante na atual conjuntura do nosso país, tendo em vista que ela pode ser compreendida como estratégia política às transformações societárias para a efetivação da democracia brasileira.

Thompson (1998) assinala que as mensagens dos meios de comunicação são comumente discutidas por indivíduos durante a sua recepção e reelaboradas discursivamente no interior dos coletivos que participam do processo inicial de recepção.

Dessa maneira, a amplitude da compreensão e disseminação das informações captadas a partir dos meios de comunicação muitas vezes não ocorre de maneira mecânica, mas passa por várias transformações. Na atualidade, o “meio” pelo qual a mensagem chega aos indivíduos não é tão importante quanto a “forma”, ou seja, as relações que são tecidas previamente.

No que tange aos interesses coletivos na esfera da comunicação, identifica-se a *comunicação pública* como um importante meio para a viabilização dos direitos sociais, dado que ela tem por objetivo a informação, o diálogo e a expressão. Segundo Figueiredo (2018), um campo que tem demandado reflexão sobre a comunicação pública é o universo das políticas públicas sociais, visto que, quando encaradas de forma correta, possibilitam a realização da democracia e reverenciam os direitos dos/as trabalhadores/as e usuários/as, rompendo com as ações clientelistas que sucumbem qualquer construção de cidadania.

Para Costa (2016), as políticas públicas, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, habitação, trabalho ou assistência social, quase sempre excluem os grupos tradicionais. A exclusão ocorre, inclusive, por não se considerar as particularidades socioculturais que conferem tradição a tais coletividades.

Grossi e Bitencourt (2017) realizaram processo investigativo que teve como objetivo geral compreender as experiências sociais de comunidades remanescentes de quilombos urbanos e rurais do estado do RS no âmbito da política de assistência social. Por meio dessa pesquisa, constataram que, apesar de as mulheres quilombolas estarem cadastradas no CADÚnico da assistência social, muitas desconhecem os programas e serviços específicos a elas destinados. A falta de informação, aliada à burocracia, constitui-se em entraves para o exercício da cidadania.

Outro estudo sobre mulheres quilombolas e acesso aos direitos de cidadania (GROSSI; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018) evidenciou parte da realidade das mulheres quilombolas do Rio Grande do Sul. Nesse estudo se destacaram as condições de vida precárias e o reduzido e/ou nulo acesso às políticas públicas.

No que se refere a comunicação pública e política de assistência social, a tese de Figueiredo (2016) analisou as características, as práticas, as ações, os planos e as estratégias de comunicação desenvolvidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A pesquisa empírica foi realizada nos CRAS de cinco municípios: Belo Horizonte/MG, Santarém/PA, São Gabriel/RS, Tobias Barreto/SE e Rubiataba/GO, nas cinco regiões do país. Dentre as conclusões desse estudo, verificou-se que a presença de equipamentos multimídia nos CRAS não garante a oferta de informações numa linguagem

ajustada ao público usuário, e tampouco os assuntos disponibilizados na TV aberta são compatíveis com uma cultura emancipadora.

As investigações apresentadas possibilitam refletir sobre a importância de se pesquisar uma comunicação pública que privilegie o exercício do direito ao diálogo, à informação e expressão incorporadas ao cotidiano dos serviços prestados no espaço público, ampliando a perspectiva cidadã de minorias como mulheres, negros, povos indígenas e outros (FIGUEIREDO, 2018).

Diante do exposto, este projeto de pesquisa busca compreender *como acontece a comunicação e o acesso à proteção social entre as mulheres quilombolas no interior de Pelotas/RS e na capital do estado do RS?* Desta forma, pretende-se identificar, a partir de um estudo comparativo entre realidades de distintas de mulheres quilombolas, se o processo de comunicação e a proteção social se aproximam do ideário da comunicação pública, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas a esse segmento vulnerabilizado, no caso, as mulheres quilombolas.

Como questões norteadoras, o estudo apresenta: 1) de que forma a comunicação pública vem garantindo o acesso às informações relacionadas à proteção social de mulheres quilombolas em Pelotas/RS e em Porto Alegre/RS?; 2) quais são os principais canais de diálogo com as mulheres quilombolas em Pelotas/RS e em Porto Alegre/RS adotados pelos equipamentos públicos que executam a proteção social no município?; 3) a comunicação pública destinada as mulheres quilombolas nos serviços públicos de proteção social levam em consideração as realidades socioculturais dessas comunidades?; 4) como os/as assistentes sociais trabalhadores/as nos sistemas de proteção social destinados às mulheres quilombolas avaliam a comunicação pública e o acesso aos direitos sociais?

Quanto ao objetivo geral, o projeto de pesquisa pretende analisar os processos comunicativos e a proteção social dentro dos territórios quilombolas do estado do RS a partir da perspectiva das mulheres quilombolas e de assistentes sociais da rede de proteção social, a fim de avaliar, analisar e qualificar as ações relacionadas a esse segmento vulnerabilizado.

3. A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PROCESSO INVESTIGATIVO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A *fundamentação teórica* deste projeto de pesquisa foi estruturada nos conceitos de comunicação pública, proteção social e mulheres quilombolas. *Comunicação pública* é um termo relativamente jovem, que carrega concepções difusas e errôneas, principalmente quando associadas a propagandas governamentais. A saber, durante o período do regime militar no Brasil (1964-1985), a comunicação pública se caracterizava pelo viés autoritário e era direcionada a divulgações das ações governamentais da época (MATOS, 1997). No entanto, com o advento da democracia instaurada nos anos 1990, a comunicação pública insurge com novas perspectivas relacionadas ao interesse público³. Weber, Coelho e Locatelli (2017) afirmam que a comunicação pública ainda está sendo construída e que a sociedade ainda está aprendendo sobre a sua participação.

Conforme Weber, Coelho e Locatelli (2017), existem desafios conceituais e práticos para o entendimento da comunicação pública como instância do debate público capaz de mobilizar a comunicação institucional do Estado, a comunicação mediática e a comunicação da sociedade nas democracias contemporâneas.

Compreender a perspectiva pública da comunicação na sociedade democrática pressupõe elementos como informação e participação, os quais possibilitam o entendimento, a reflexão, a argumentação, posicionamento e deliberação por parte dos sujeitos envolvidos.

[...] a ausência de informações sobre o mundo impede o reconhecimento desse mundo, restringindo o entendimento sobre o lugar ao qual pertencemos. [...] sem informação não há argumentação e sem possibilidade de criticar, argumentar, não há comunicação, sobressai a propaganda, a divulgação do poder que tenta se legitimar, portanto, não há comunicação pública. (WEBER; COELHO; LOCATELLI, 2017, p. 28).

A autora indica a importância da informação para promover a comunicação pública. Na ausência de um fluxo de informações e interações vinculadas a temas de interesse coletivo, não há comunicação pública. Dessa forma, Weber, Coelho e Locatelli (2017) compreende a comunicação pública como sendo a capacidade de fazer circular opiniões e movimentos ao redor de temas vitais ao indivíduo, à sociedade, ao Estado e à política, de maneira organizada ou espontânea.

A comunicação pública é fruto de uma mudança da sociedade com vistas à sua democratização. Ela se constitui de debates sobre temas de interesse público, questões

3 Conforme Figueiredo (2018, p. 27): "A ideia da Comunicação Pública como meio e meta para o desenvolvimento da democracia tem sua origem, no Brasil, no momento deflagrado, nos anos 1980, pela Frente Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação (FNLDC) que teve o auge da sua atuação durante a elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF -88)".

sensíveis, polêmicas, morais, vitais, políticas e econômicas (WEBER; COELHO; LOCATELLI, 2017).

Segundo Kunsch (2013, p.15), “O verdadeiro sentido da comunicação pública estatal é o de interesse público”. A propósito, ao situá-lo em um sentido mais amplo, Koçouski (2013) destaca esse interesse público mediante o reconhecimento do direito de cidadania de ser informado/a sobre os atos dos governos/administrações.

Figueiredo (2018) destaca algumas singularidades e princípios da comunicação pública que se distinguem de outras formas de comunicação. Sobre essas *singularidades*, Figueiredo (2018) aponta algumas condições e estruturas necessárias que pressupõem a prática da comunicação pública, a saber: 1) criação de estruturas que organizem, que armazenem e que disponibilizem os dados para os usuários; 2) recepção; 3) escuta; 4) diálogo; 5) publicidade dos serviços oferecidos; 6) campanhas de informação de interesse geral; 7) comunicação interna; e 8) valorização da política institucional. Já sobre os *princípios*, destaca-se que o I Congresso de Brasileiro de Comunicação Pública elencou os “doze princípios” da comunicação pública, dentre os quais figuravam: 1) garantir o acesso amplo à informação; 2) fomentar o diálogo; 3) estimular a participação; 4) promover os direitos e a democracia; 5) combater a desinformação; 6) ouvir a sociedade; 7) focar no cidadão; 8) ser inclusiva e plural; 9) tratar a comunicação como política de Estado; 10) garantir a impessoalidade; 11) pautar-se pela ética; 12) atuar com eficácia (MEDEIROS; CHIRNEV, 2021).

A comunicação pública apresenta pertinência entre o direito à política social e o direito à comunicação. Desta forma, ela possui muitas possibilidades de atuação numa sociedade democrática. Com isso, cabe pensar sobre a relação entre comunicação pública e a proteção social⁴ no Brasil, levando em conta o que Kunsch (2013) ressalta a respeito do interesse público e a defesa da cidadania, que envolvem a interação com a sociedade por meio da abertura de canais de diálogo em torno de questões problemáticas, para ouvir o que a população tem a dizer. Todavia, no contexto brasileiro da sociedade capitalista, a participação, a opinião e autonomia de pensamento tornam-se bastante complexas quando a lógica de exploração e subordinação fala mais alto.

4 No Brasil, a ação estatal de proteção social ampara-se fundamentalmente na Constituição Federal de 1988. Conforme Jaccoud (2009, p. 58), “A proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”. Destaca-se ainda que, de acordo com Werneck (2013, p. 23), “Existem diferentes definições para o termo proteção social. Em todas, o que se assinala são mecanismos e políticas públicas capazes de garantir patamares adequados de estabilidade (física/mental, laboral, econômica) a tod@s @s sujeit@s e grupos nas sociedades democráticas”.

A lógica da sociedade do capital é antagônica à proteção social por considerá-la expressão de dependência, e atribui às suas ações o contorno de manifestação de tutela e assistencialismo, em contraponto a liberdade e autonomia que, pelos valores da sociedade do capital, devem ser exercidas pelo “indivíduo” estimulando sua competição e desafio empreendedor. (SPOSATI, 2013, p. 656).

Com base nas considerações acima, a autora revela o quanto não existe a igualdade de acesso e reconhecimento perante a proteção social brasileira, fato esse que estimula os princípios da distinção, da competição, do individualismo. Há ainda que se considerar que, na perspectiva das desigualdades sociais, “[...] a produção da pobreza e da indigência está diretamente relacionada ao modo como o racismo incide sobre direitos sociais, especialmente aos direitos de proteção social” (WERNECK, 2013, p. 14). Em se tratando de racismo,

[...] como determinante da não inserção dos(das) negros(as) no mercado de trabalho formal. Tal determinação deixa essa parcela de trabalhadores(as) à margem da “cidadania regulada”, impedindo-a de ter acesso à proteção social e aos processos organizativos a que se vincularam as respostas do Estado às expressões da “questão social”. (MARTINS, 2014, p. 115).

O não acesso à proteção social é uma forma de racismo estrutural que naturaliza as condições desiguais para os negros e que reitera o fato de a questão social ser racial. Neste sentido, “Infelizmente, no Brasil, ainda temos esses sistemas discriminatórios que proporcionam inserções inferiorizadas da população negra, e particularmente quilombola, em diversos espaços da sociedade, mediatizados por relações de gênero, raça/etnia e classe social” (GROSSI et al., 2020, p. 134).

Frente a essa realidade, aos povos quilombolas, um marco relacionado às políticas públicas direcionadas a essas comunidades consiste no Programa Brasil Quilombola⁵ (PBQ) e na sua institucionalização com a Agenda Social Quilombola. Através do referido documento, compreende-se como quilombolas,

[...] comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. É importante explicitar que, quando se fala em identidade étnica, trata-se de um processo de auto-identificação bastante dinâmico e não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo. (BRASIL, 2004, p. 09).

A partir desse entendimento, identifica-se a relevância da definição de políticas

5 As diretrizes centrais do Programa Brasil Quilombola são: garantir direitos sociais e acesso à rede de proteção social, em articulação com os outros órgãos governamentais, formulando projetos específicos de fortalecimento nos grupos discriminados, com especial atenção às mulheres e à juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos, previdência social etc.) (BRASIL, 2004).

públicas que sejam capazes de viabilizar o processo de promoção da equidade social e igualdade de direitos aos negros, tendo em vista um imensurável débito herdado do processo sócio-histórico que envolve a formação brasileira e que suas consequências são até hoje fatores determinantes das suas condições existenciais. A desigualdade, a discriminação, a miséria e falta de emprego, enfim, a precariedade que atinge especialmente a população negra em nosso país, são consequências dessa “herança” histórica, e essa situação se agravou com a chegada da pandemia da covid-19. A falta de proteção às comunidades quilombolas brasileiras diante da pandemia reflete o quanto a ausência da titulação de territórios é mais grave do que possuir um reconhecimento legal, pois reduz o acesso às políticas públicas para esses povos.

Destaca-se que os quilombos se constituíram como forma de articulação de sobrevivência e que nesses territórios situam-se as mulheres quilombolas.

A ausência de uma geração de renda própria coloca essa tensão concreta e material em Ser quilombola, na medida em que o tempo dirigido ao quilombo e sua vivência coletiva também são capturados pelo modo de produção capitalista, o que insere essas mulheres quilombolas numa luta que é também de classe. Elas reconhecem que são trabalhadoras e que, em boa parte, atuam no mercado de trabalho como empregadas domésticas informais, ou seja, sem acesso ao direito trabalhista e previdenciário. (DUARTE; OLIVEIRA, 2021, p. 325).

As mulheres quilombolas que integram o trabalho informal acabam sendo privadas do acesso à proteção social da “cidadania regulada” e, por conseguinte, tornam-se mais vulneráveis no aspecto de sobrevivência perante a sociedade capitalista. Neste sentido, a pandemia do coronavírus (covid-19) evidenciou e amplificou de maneira catastrófica a crise da acumulação capitalista, escancarando as contradições já em curso antes da eclosão da pandemia:

[...] a crise econômica que eclode, neste ano de 2020, é a manifestação da crise estrutural do capital em curso, que tem como disparadora a Covid-19. Esse vírus não tem a capacidade de promover uma crise de superacumulação. No entanto, introduz uma crise sanitária que evidencia a precarização da saúde pública, fruto da ausência do financiamento público nas políticas de proteção social, mediante a sua crescente privatização e seu esvaziamento como direito universal fundamental. (CAMARGO; SALAZAR, 2020, p. 40).

A pandemia da covid-19 descortinou as desigualdades sociais enraizadas em todas as partes do mundo, trazendo à tona a situação de precariedade vivida pela população em geral, mas principalmente a brasileira. Werneck (2013) salienta que, no caso brasileiro, uma forma para enfrentar as iniquidades estruturais está em considerar também como parte da

proteção social as seguintes políticas: promoção da igualdade racial, políticas para as mulheres, políticas de promoção de direitos humanos, políticas para a juventude, acesso à terra e regularização fundiária e políticas para os povos indígenas. Essas políticas, à medida que são qualificadas, abrem a possibilidade de uma nova cultura governamental e para a sociedade.

No que se refere a *metodologia*, o estudo orienta-se pelo método dialético-crítico. A escolha se dá por compreender ser esse o mais conveniente ao estudo da realidade social, em função de seu pressuposto ontológico e da perspectiva da totalidade, que, por sua vez, é central para se compreender a dinâmica contraditória do real. A postura dialética estimula a compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, construída por sujeitos históricos. Como afirma Kosik (1976), a pessoa conhece a realidade na medida em que ele *cria a realidade* humana e se comporta, antes de tudo, como ser prático. Partimos, portanto, da concepção de que a realidade é um construto humano histórico, não havendo nenhuma dimensão transcendente à história a determinar os processos sociais.

O projeto caracteriza-se como uma proposta de abordagem qualitativa, direcionada para os significados da ação humana (MINAYO, 1999), correspondendo a uma postura teórico-crítica que não desconsidera os aspectos quantitativos do fenômeno em estudo. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado da pesquisadora com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). A partir dessa compreensão, considera-se que a pesquisa qualitativa deve envolver a obtenção de informações no contato direto da pesquisadora com a situação estudada.

Conforme Minayo (1999), a investigação qualitativa requer como postura fundamental a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. O uso da abordagem qualitativa constitui-se num desafio para a pesquisadora social que deseja descrever, analisar e interpretar a complexidade dos fenômenos estudados a fim de contribuir para a construção de um conhecimento que gere transformações sociais.

Quanto aos parâmetros éticos orientadores desta pesquisa, eles serão alicerçados no Código de Ética Profissional (1993), que indica a devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento dos seus interesses (CFESS, 1993). Este projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, de

acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), tendo todos os preceitos éticos estabelecidos respeitados quanto a zelar pela legitimidade das informações e por sua privacidade e sigilo quando necessário, tornando os resultados desta pesquisa públicos.

[...] a relação estabelecida com o sujeito no processo de pesquisa é orientada por uma preocupação ética, ou seja, por escolhas pessoais e profissionais em relação ao sujeito, que por sua vez revela o projeto ético-político profissional que fundamenta o desenvolvimento de pesquisas favoráveis à democracia, à cidadania e aos valores humanos emancipatórios. (BOURGUIGNON, 2008, p. 306).

Nesse sentido, o enfoque qualitativo deste projeto respeita as exigências de um trabalho científico, possibilitando à pesquisadora uma ampla liberdade teórico-metodológica. Será adotado o método comparativo, compreendido como aquele que

[...] precede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e tempo. (GIL, 1999, p. 34).

Para a coleta de dados, serão utilizadas as seguintes técnicas: observação e entrevistas. A *observação* pode ser utilizada para verificar e acompanhar a eficiência dos trabalhos desenvolvidos: “A observação é uma das técnicas de coleta de dados imprescindível em toda a pesquisa científica. Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso” (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 53).

Nesse sentido, quanto à participação da pesquisadora, está prevista a observação participante, em que, segundo os autores acima citados, o observador se incorpora natural ou artificialmente ao grupo ou comunidade pesquisados.

Outro instrumento básico para a coleta de dados é a entrevista, cuja grande vantagem sobre outras técnicas é a possibilidade da captação imediata e corrente da informação desejada. Ela permite acesso a praticamente qualquer tipo de informante, permitindo, também, abordar os mais variados tópicos. Possibilita o contato direto com o informante, e seu processo de realização consiste em uma conversa a dois, com propósitos bem definidos, sendo considerado um procedimento mais usual no trabalho de campo. Através da entrevista, a pesquisadora busca obter informes contidos na fala dos “atores sociais” (MINAYO, 1999). A entrevista é extremamente importante no desenvolvimento do processo de pesquisa, porque aproxima a pesquisadora do seu objeto de estudo e, dessa

forma, permite uma melhor compreensão dos fatos estudados.

Para tanto, serão entrevistadas pelo menos duas das mulheres líderes das comunidades pesquisadas e pelo menos um/a assistente social do sistema de proteção social destinado às comunidades quilombolas do RS pesquisadas. As entrevistas ocorrerão seguindo um roteiro elaborado pela entrevistadora e terão seus depoimentos gravados e posteriormente analisados.

Serão utilizados critérios de inclusão para selecionar a amostra da pesquisa: 1) nas entrevistas com assistentes sociais: a) estar trabalhando em algum dos serviços de proteção social que atendem as comunidades quilombolas pesquisadas; b) ter o tempo de pelo menos 12 meses de trabalho no serviço de proteção social que atende as comunidades quilombolas pesquisadas; 2) nas entrevistas com as mulheres quilombolas: a) ser mulher quilombola pertencente a uma das comunidades pesquisadas; b) ser reconhecida como liderança na comunidade pelos moradores locais; c) fazer uso dos serviços de proteção social destinados à comunidade quilombola a que pertence.

As comunidades quilombolas escolhidas para esta pesquisa são: em Pelotas, o Quilombo Vó Elvira, que foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, e em Porto Alegre, Quilombo Areal da Baronesa, um quilombo urbano que há muitos anos é reconhecido como um dos principais e mais antigos redutos negros de Porto Alegre, principalmente pela influência de seus moradores na música popular, pela religião e pela tradição de seu carnaval de rua.

Para fins de processo analítico, pretende-se utilizar a análise crítica do discurso (ACD), que “[...]objetiva propor um ‘modo’ ou uma ‘perspectiva’ diferente de teorização, análise e aplicação ao longo dos campos” (VAN DIJK, 2015, p.114). Conforme Guimaraes e Paula (2022, p. 167) “[...] van Dijk traz para a sua teoria a dimensão sociocognitiva, formando o tripé sociedade, cognição e discurso.” A sociedade faz referência a comunicação tanto no contexto amplo (sistema social e econômico) quanto no micro (relações interpessoais de comunicação). A cognição está relacionada aos mecanismos cognitivos que constituem as crenças, representações e valores. O discurso, por sua vez, pode ser qualquer forma de comunicação que se estabelece na sociedade.

4. CONCLUSÃO

Considerando que esta pesquisa ainda se encontra em andamento, não apresentamos dados concluintes; no entanto, entende-se que o conjunto do marco teórico e das técnicas mencionadas proporcionarão os elementos necessários para o desvelamento das questões associadas a este estudo, e os resultados obtidos serão oportunamente socializados.

A comunicação pública será investigada a partir da perspectiva cidadã, mediante a identificação da existência ou não do diálogo, da informação e do relacionamento entre os serviços de proteção social e o atendimento às mulheres quilombolas no que tange às informações de interesse público, à transparência e à prestação de contas.

Por fim, percebe-se que a pandemia da covid-19 gerou uma fragilidade maior ainda na proteção social no seu sentido mais amplo, e o rebatimento disso leva ao agravamento de violações de direitos de sobrevivência e de cidadania, expondo pessoas ao contínuo risco social. As comunidades quilombolas estão nesse contexto e enfrentam os desafios de possuírem os seus territórios longínquos dos centros urbanos e de acesso a uma qualidade de serviços de proteção social que rompa com processos de discriminação e preconceito, os quais materializam o racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

BARROS, Adil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, v. 7, n. 2, p. 302-312, jul./dez. 2008.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Seppir, 2004.

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida; SALAZAR, Silvia Neves. Crise do capital, pandemia e exacerbação do conservadorismo. In: OLIVEIRA, Antônio Deusivam de. **População LGBTI+**: vulnerabilidades e pandemia da covid-19. Campinas: Saberes e Práticas, 2020. p. 35-46.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 273/93**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília, 13 mar. 1993.

COSTA, Yuri. Comunidades tradicionais: pelo direito de existir e de resistir. **Fórum DPU**, n. 7, p. 1-2, out./dez. 2016.

DUARTE, Joana das Flores; OLIVEIRA, Simone Barros. Mulheres, ancestralidade e resistências: a narrativa como rememoração e afirmação das comunidades remanescentes de quilombos. In: GROSSI, Patrícia et al. (Orgs.). **Mulheres Quilombola**: interseccionalidades e políticas públicas. Porto Alegre: Faith, 2021. p. 306-327.

ESTEVES, João Pissarra. Nova ordem dos media e identidades sociais. In: ESTEVES, João Pissarra et al. **Mídias e processos socioculturais**. São Leopoldo: Unisinos, 2000. p. 11-42.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação pública: um direito humano em conexão com o Serviço Social. **Temporalis**, v. 18, p. 162-177, 2018.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação pública e assistência social**: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/Cras. 2016. 204 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GROSSI, Patrícia Krieger; BITENCOURT, João Vitor. As mulheres quilombolas no âmbito da política da assistência social. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 5., 2017; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 12., 2017. **Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória, 2017. p. 1-14.

GROSSI, Patrícia Krieger; OLIVEIRA, Simone Barros; OLIVEIRA, Jairo da Luz. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 929-948, 2018.

GROSSI, Patrícia Krieger et al. Mulheres quilombolas e as interseccionalidades de gênero, raça/etnia e classe social: violação de direitos humanos e resistências. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz (Orgs.). **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do Serviço Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 121-146.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; PAULA, Marlúbia Corrêa de. Análise crítica do discurso de van Dijk: caracterizando alguns conceitos. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; PAULA, Marlúbia Corrêa de (Orgs.). **Teorias da análise do discurso**: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social. São Paulo; Manaus: Alexa e Edua, 2022. p. 165-178.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS;UNESCO, 2009. p. 57-87.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo:

ECA/USP, 2013. p. 71-96.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloíza (Org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013. p. 13-29.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Tereza Cristina S. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 113-132, 2014.

MATOS, Heloísa. Desafios da comunicação pública no processo de democratização no Brasil. **Revista Comunicações e Artes**, v. 17, n. 30, p. 22-30, 1997.

MEDEIROS, Armando Medeiros; CHIRNEV, Lilian. **Guia de comunicação pública**. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MURAKAMI, Mariane H. Telenovela, gêneros televisivos e realidade social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1213-1.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2012.

QUEVEDO, Luis Alberto. Los medios de comunicación y el rol del Estado. In: DELGADO, Daniel García. **Rol del Estado y desarrollo productivo-inclusivo**: ideas para el bicentenario. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS; Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 116, p. 652-674, 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

WEBER, Maria H.; COELHO, Maria P.; LOCATELLI, Carlos (Orgs.). **Comunicação pública e política**: pesquisas e práticas. Florianópolis: Insular, 2017.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional**: uma abordagem conceitual. Geledés; Instituto da Mulher Negra; Cfemea, 2013.

,